https://doi.org/10.15446/ts.v28n2.122875

Antirracismo e Serviço Social no Brasil: contribuições sobre as perspectivas afro-indígenas

Antirracismo y Trabajo Social en Brasil: contribuciones sobre las perspectivas afroindígenas

Anti-Racism and Social Work in Brazil: Contributions on Afro-Indigenous Perspectives

Larisse Miranda de Brito*

Universidade Federal da Bahia

CC BY NC ND

CÓMO CITAR ESTE ARTÍCULO

Brito, L.M. (2026). Antirracismo e Serviço Social no Brasil: contribuições sobre as perspectivas afro-indígenas. *Trabajo Social*, 28(2), 51–82. https://doi.org/10.15446/ts.v28n2.122875

Recibido: 21 de junio del 2025. **Aceptado:** 5 de enero del 2026.
Artículo de investigación

* britolarisse@gmail.com; ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5097-2412.

Resumo

Assentado na pesquisa exploratória e documental, a partir da análise de conteúdo, este artigo busca identificar como o Serviço Social dialoga com as perspectivas afro-indígenas no debate em torno de uma formação e exercício profissional antirracista. Para isso, analisa o acervo publicado entre os anos de 2017 e 2025 de 6 revistas da área, avaliadas com *qualis* A1 a A3, com o intuito de identificar artigos que debatam o antirracismo na dimensão formativa e interventiva da profissão. O trabalho aponta para um crescimento do debate étnico-racial nos últimos anos entre a categoria. No entanto, reconhece que a produção centrada na formação e no exercício profissional antirracista, tendo como base teórico-metodológica as perspectivas afro-indígena, ainda é pouco expressiva. O que sugere o necessário investimento de pesquisadores na abordagem do tema para fortalecimento desse debate entre a categoria.

Palavras-chave: Antirracismo; Perspectivas Afro-indígenas; Étnico-Racial; Serviço Social; Dimensão Formativa e Interventiva.

Resumen

En este artículo se sintetiza la investigación exploratoria y documental que plantea cómo dialoga el Trabajo Social con las perspectivas afroindígenas en la discusión sobre su formación y su ejercicio profesional antirracista. Para ello, se identifican y analizan los contenidos de los artículos que abordan debates alusivos al antirracismo en la dimensión formativa e interventiva del Trabajo Social, publicados en la colección de seis revistas del área, evaluadas con calificaciones de A1 a A3, entre los años 2017 y 2025. Se revela un crecimiento sostenido de dicha polémica étnico-racial en los últimos años. Sin embargo, se reconoce que aún es poco significativa la producción centrada en la formación y el ejercicio profesional antirracista con bases teórico-metodológicas en las perspectivas afroindígenas lo cual demanda mayor disposición hacia la investigación del tema.

Palabras clave: Antirracismo; Perspectiva Afroindígena; Étnico-Racial; Trabajo Social; Dimensión Formativa e Interventiva.

Abstract

Based on exploratory and documentary research using content analysis, this study seeks to identify how social work engages with Afro-Indigenous perspectives in the debate surrounding anti-racist professional training and practice. To this end, it analyzes the collections published between 2017 and 2025 by six journals in the field, rated A1 to A3 by Qualis, to identify articles that discuss anti-racism across the profession's formative and interventionist dimensions. The work points to growth in the ethnic-racial debate within this category in recent years. However, it recognizes that production focused on anti-racist professional training and practice grounded in Afro-Indigenous perspectives remains insignificant, suggesting the need for researchers to invest in addressing this topic to strengthen this debate within the category.

Keywords: Anti-Racism; Afro-Indigenous Perspective; Ethnic-Racial; Social Work; Formative and Interventionist Dimension.

Enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, o Serviço Social emerge no Brasil em meados de 1930, quando são criadas as condições objetivas para a consolidação do capitalismo dependente que surge no país como resultado da expansão imperialista do capitalismo de países centrais. Sua emergência se dá em função dos interesses das classes dominantes. Assim, a profissão foi criada como estratégia de contenção e controle da classe trabalhadora pela via da intervenção junto à questão social e suas expressões.

Na particularidade brasileira, a questão social refere-se ao momento de consolidação do capitalismo, ainda que com uma industrialização restringida (Santos, 2012), quando, no processo de disputa e negociação de interesses entre as classes (capitalistas – burgueses) e trabalhadores – proletários), o Estado é convocado a assumir a regulação do trabalho, assim como intervir nas condições de vida da população em razão do pauperismo crescente. Consideramos, portanto, que o surgimento da profissão no país, está intimamente ligado à expansão e amadurecimento do trabalho livre/assalariado.

Nesse cenário, era preciso "adequar" os grupos e indivíduos aos novos hábitos cotidianos e de organização do trabalho, que deixava de ter as características da lavoura em ambiente rural para um trabalho industrial em ambiente urbano. Como parte desse processo, a adoção de políticas higienistas de caráter eugênico vai marcar o contexto de emergência da consolidação do trabalho livre no país. Tanto a formação quanto o exercício profissional dos primeiros profissionais de Serviço Social serão atravessados pela ciência racista eugênica, o que revela a possível contribuição desses profissionais com a expansão da eugenia como marca da sociabilidade brasileira (Oliveira, 2019; Brito, 2026).

Como sugere a literatura especializada, os primórdios da profissão no Brasil, tanto em seus aspectos de formação quanto na prática profissional revelam um caráter teórico-doutrinário e conservador, cujo rompimento ocorre apenas na transição entre as décadas de 1970 e 1990. A intenção de romper com esse conservadorismo se dá no processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, no bojo do Movimento de Reconceituação latino-americano, quando o Serviço Social experimentará uma virada em seu compromisso ético-político e teórico-metodológico, construindo um

novo horizonte para o projeto ético-político da categoria ao situar-se ao lado da classe trabalhadora.

Nesse caminho, há uma "virada" no que se refere à postura teórico-política da profissão que passa agora a compreender a realidade social a partir do materialismo histórico-dialético, tendo nas dimensões de totalidade, particularidade e singularidade condições fulcrais para o entendimento e intervenção na realidade social. Dessa forma, a historicidade ganha destaque na análise que se faz da realidade social mediada pelas categorias trabalho e lutas de classe como elementos fundamentais, não apenas para o entendimento das relações sociais, mas especialmente para a postura profissional diante dos desafios impostos para a intervenção dos/as assistentes sociais.

Apesar disso, o debate em torno da "raça" — como aspecto sociológico da construção das relações sociais que moldam a emergência das classes no contexto nacional — não teve destaque nas discussões da categoria de intelectuais e profissionais da área durante esse período. Contudo, observa-se um esforço "recente" de resgate das implicações históricas tanto da eugenia, como marcador importante para a emergência da profissão no país, quanto da construção de um horizonte formativo e prático antirracista.

É importante sinalizar que apesar de alguns autores da área apontarem para o debate racial desde 1980, seus reflexos serão sentidos, ainda de maneira tímida, apenas a partir de finais da década de 1990 quando, no processo de revisão que resulta na promulgação do Código de Ética Profissional (CEP) de 1993, reconhece-se o compromisso profissional com a construção de uma sociedade sem distinção de classe, gênero e etnia. Entretanto, não se pode confundir o debate étnico com o debate racial, além disso, os reflexos desse compromisso nos currículos dos cursos e na produção intelectual da categoria não ocorreram de modo imediato e linear.

De modo geral, compreende-se a discussão em torno da raça a partir do estabelecimento de hierarquias sociais baseadas em diferenças raciais que mesmo não sendo apoiadas em evidências biológicas, estruturam as relações sociais. Por isso, como afirma Almeida (2019) o racismo, enquanto forma social elaborada pelas distinções raciais, é estrutural, pois molda as relações sociais no capitalismo. Por outro lado, o debate étnico relaciona-se com fatores ligados às diversas culturas, línguas e práticas sociais que

moldam a identidade de grupos sociais distintos, não necessariamente baseado em diferenças raciais.

O esforço tanto de intelectuais da área quanto das entidades representativas da categoria no sentido de desenvolver pesquisas e campanhas que trazem a raça para o centro do debate, aponta para a necessidade de uma formação e prática antirracista no interior da profissão. Nesse caminho, com esse trabalho objetiva-se apreender como o Serviço Social brasileiro dialoga com as perspectivas afro-diaspóricas no debate acerca da construção do antirracismo na formação e prática profissional.

Para isso, partimos de uma pesquisa exploratória e bibliográfica que buscou, através do levantamento em revistas científicas da área avaliadas pelo Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) quadriênio (2017-2020) com conceito *A1 e A3*, identificar artigos que abordassem a aproximação do Serviço Social no âmbito da formação e do exercício profissional com as epistemologias afro-indígenas para a construção de uma formação e prática profissional antirracista. Nesse caminho, escolhemos *seis revistas*, duas delas avaliadas com conceito A1, duas com A2 e outras duas com avaliação A3. Utilizamos descritores específicos, detalhados na terceira parte desse texto quando trazemos informações minuciosas acerca da metodologia adotada no estudo.

A partir da identificação dos trabalhos, fizemos a leitura de seus resumos com intuito de verificar se eles abordavam questões relacionadas à formação e exercício profissional a partir da perspectiva afro-indígena. Torna-se importante esclarecer que apesar de utilizarmos a denominação afro-indígena compreendemos que as matrizes africanas e/ou afro-diaspóricas e indígenas e/ou indigenistas são elaborações científicas e filosóficas diferentes.

Ao utilizar as perspectivas afro-indígenas, refere-se à produção intelectual cuja abordagem epistemológica e metodológica fundamentam-se no pensamento africano e/ou panafricano, afro-diaspórico e/ou indígena e indigenista. Quando se trata de pensamento africano, compreendemos que são autores que tomam como referência científica e filosófica a produção intelectual dos povos africanos; enquanto na perspectiva afro-diaspórica situa-se a elaboração de autores negros em diáspora cuja referência centra-se na produção de intelectuais afro-referenciados/as tecendo críticas contundentes ao racismo científico.

No que se refere à perspectiva indigenista, compreende-se que são os estudos centrados em autores que se dedicam à compreensão dos modos de produção, reprodução e organização social, material e intelectual dos povos indígenas, especialmente brasileiros. A orientação indígena, no entanto, refere-se à autores indígenas que se dedicam ao estudo dos diversos povos que compuseram e ainda compõem os povos originários no Brasil. Nesse sentido, como poderá ser constatado, utilizamos descritores variados para dar conta dessas nuances que formam àquilo que estamos denominando "perspectivas afro-indígenas". No processo de levantamento de dados consultamos os acervos *online* das revistas analisadas entre os anos de 2017 e 2025.

Na primeira parte do trabalho, dedica-se a discutir a emergência e Renovação do Serviço Social brasileiro com o intuito de situarmos as particularidades históricas da expansão da profissão no contexto nacional. Em seguida apresentaremos os dados e sua análise, a partir do debate antirracista entre os profissionais da área e suas intersecções com as perspectivas afro-diaspóricas.

Emergência e renovação do Serviço Social no Brasil

Como supramencionado, o surgimento do Serviço Social no Brasil está intrinsecamente associado à emergência do trabalho livre e da sociedade de classes no país. Sua instituição faz parte dos esforços empreendidos pelas classes dominantes no sentido de disseminar os aspectos de vida burguês no contexto nacional marcado pela colonização portuguesa. Nesse sentido, concorda-se com Carvalho e Iamamoto (2001) quando consideram que a emergência da profissão se associa ao aparecimento da questão social como resultado das lutas trabalhistas empreendidas no Brasil a partir das primeiras décadas do século XX, que marcam o nascimento das legislações sociais como dispositivo de contenção da insurgência dos trabalhadores contra a falta de regulação do trabalho livre assalariado instituído no país a partir de 1850.

Ianni (2004) sinaliza para o fato de a instituição do trabalho livre entre nós ser marcada, primeiro pela convivência com o trabalho escravo até pelo menos 1888 quando houve a abolição formal da escravatura no país, segundo, fortemente atrelada ao primeiro elemento, a existência de políticas

de incentivo à migração de trabalhadores europeus, em especial italianos, poloneses, alemães, etc., para ocupar os postos de trabalhos disponíveis na indústria nascente. Dessa forma, como apontam Fernandes (1978) e Moura (2014; 2019), a instituição do trabalho assalariado no Brasil, o qual constitui condição *sine qua non* para a consolidação do capitalismo enquanto sistema de produção e reprodução das relações sociais, foi atravessado por distinções raciais que incidem sobre a formação da classe trabalhadora no contexto nacional.

Nesse caminho, concordamos com Gonzalez e Hasenbalg (2022) e Martins (2014) para quem a inserção da população negra na classe trabalhadora foi atravessada pela via da ocupação de subempregos, o que incidirá em sua "baixa" participação nas lutas trabalhistas que insurgem nas primeiras décadas de 1900, com o objetivo de pautar a regulação do trabalho no país. Para Martins (2012) a política migratória e a convivência do trabalho livre com o trabalho escravo construíram uma espécie de negação da participação da população negra nos conflitos que despontaram no país nesse período, e que resultam, como observam Carvalho e Iamamoto (2001), nas primeiras legislações sociais como medidas de contenção das lutas trabalhistas que desembocam naquilo que se convencionou chamar "questão social[2]".

Dessa forma, como afirma Moura (2019), a resistência e a luta negra contra o impacto do processo de abolição sem política reparatória e/ou inclusiva, construíram-se no campo da cultura e da religião, sendo as agremiações de samba, grupos teatrais, irmandades católicas e terreiros de candomblé, locais de organização e levante do povo negro, emergindo aquilo que o autor chamou de "grupos específicos de resistência".

É importante dizer que a manutenção das distinções raciais entre a classe trabalhadora no país foi alimentada por ideias eugênicas que atribuíam o atraso nacional à composição racial de sua população. Assim, construía-se a ideia de que a degenerescência nacional era fruto da ampla presença de negros, "mulatos" e indígenas entre sua população. O progresso dependia,

2 Para a categoria profissional, a "questão social" expressa os processos que envolvem a dinâmica de classes no capitalismo. Nesse sentido, esta surge como resultado das disputas entre trabalhadores e capitalistas que resultam nas primeiras medidas de intervenção política com alvo na promoção de melhorias nas condições de vida dos trabalhadores e classes subalternizadas.

portanto, do branqueamento da população. Nesse sentido, operaram-se políticas com o intuito de branqueá-la uma vez que o argumento central dos eugenistas era de que os negros e mestiços não possuíam os atributos necessários ao desenvolvimento moral, intelectual e técnico de uma nação desenvolvida

Além disso, as teses eugênicas reforçavam a ideia da irracionalidade, infantilidade e animalidade como marcas dessa população. Por isso, a imigração europeia incentivada pela ideia da falta de habilidades da população negra e mestiça para integrar-se aos novos postos de trabalho, contribuiu, sobremaneira, para a disseminação do discurso de branqueamento e para a expansão do racismo como forma social que sustenta a ideia de negativação da população negra, mestiça e indígena atrelando-as àquilo que é ruim, atrasado, inadequado para o progresso da nação.

Nesse sentido, as teses médicas e criminalistas das primeiras décadas do século XX, foram fundamentais para a disseminação de discursos pseudocientíficos que atrelavam a população negra e mestiça à propensão a vícios, ao comportamento criminoso e à inaptidão para o trabalho (Schwarcz, 1993; Verzolla & Mota, 2017; Brito, 2026). Esses estudos foram amplamente utilizados em diferentes disciplinas, por diversos intelectuais e influenciaram gestores políticos. Dessa forma, ciência e governo se unem para o "progresso" nacional.

A partir de 1920, o Estado passa a adotar medidas no campo do trabalho, da saúde e, posteriormente, da assistência tanto para a contenção e organização dos trabalhadores quanto das mazelas sociais advindas das condições de vida dos mais pobres, da proliferação de doenças e da necessária alfabetização da população. Esse cenário é desenhado em razão do processo de urbanização e industrialização nacional que dependente e submetido ao capital internacional ocorreu sem qualquer planejamento para o desenvolvimento da autonomia socioeconômica e política do país.

Dessa forma, a Igreja torna-se um ator importante para a gestão do pauperismo, pois, interessada na retomada de seu poder político em virtude do crescimento do debate em torno da laicidade estatal defendida pelos liberais, se coloca como agente de filantropia e caridade o que, em tese, contribuiria para o aumento do número de fiéis e reafirmaria sua importância junto ao Estado. Assim, a Ação Social da Igreja católica inicia um processo

de sistematização da caridade como instrumento de reforço dos modos de vida burguês e de adequação das classes subalternizadas e trabalhadores ao trabalho assalariado através do controle, da coerção e da prática da benemerência (Carvalho & Iamamoto, 2001; Paula, 2016).

O surgimento das primeiras Escolas de Serviço Social ocorre entre os anos de 1936 e 1937 em São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, sob a influência da Ação Social católica que unidas aos interesses do Estado, buscavam, por meio da prática de filantropia assistencialista, responder ao crescente pauperismo alimentado pela industrialização restringida que marca os primeiros anos do governo de Getúlio Vargas (Santos, 2012). Nesse momento, como apontam Carvalho e Iamamoto (2001), Yazbeck (2018) e Paula (2016) havia uma carência de aspectos científicos na formação que se baseava em um ensino prático fundamentado na doutrina social da Igreja Católica, caracterizando àquilo que Lewgoy (2009) vai chamar de doutrinária/generalista cuja competência requerida era uma espécie de vocação para "fazer o bem".

Desse modo, seus profissionais são chamados a atuar junto às classes subalternizadas no sentido de adaptação aos modos de vida do capitalismo que emergia como modo de organização do trabalho e da vida social. É importante sinalizar que a interferência dos profissionais da área nesse período, foi fortemente marcada pela prática higienista cujo pressuposto aliava ideias eugênicas, promoção da saúde e contenção de vícios como apontam os estudos de Oliveira (2019). De acordo com o autor, a atuação de profissionais pioneiras junto à Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), em especial no Laboratório de Biologia Infantil (LBI) que tinha como objetivo desenvolver pesquisas acerca da propensão a doenças e delinquência entre crianças e adolescentes abandonadas, aponta para a contribuição do Serviço Social no processo de promoção da eugenia através da prática higienista via cuidados destinados a essa parte da população.

No mesmo caminho, ao analisar os atendimentos das pioneiras do Serviço Social, Moreira (2020) sugere que o dado raça/cor, não raras vezes, era recolhido por essas profissionais, o que pode sinalizar para a existência de uma preocupação acerca desse aspecto em sua prática profissional. Tendo em conta que se trata de uma época cuja Constituição nacional orientava para a educação eugênica e na qual o Estado estava preocupado em promover

o branqueamento de sua população, pode-se inferir que o Serviço Social não passou incólume a essa prática (Brito, 2026). Ademais, o processo de institucionalização profissional foi acompanhado de um engajamento de seus profissionais na busca de bases técnico-científicas, o que aproximou a formação de perspectivas positivistas e da psicologia norte-americana, alinhadas com o aprimoramento do sistema capitalista e com os discursos raciais correntes à época.

Entre finais da década de 1930 e meados de 1940, o discurso de purificação da raça, cujo pressuposto estava associado à eugenia mendelista[3], cede lugar a disseminação de teses que afirmavam a democracia racial no cenário brasileiro. Isso porque era preciso positivar a imagem nacional diante dos países europeus responsáveis pela disseminação das teses eugênicas e pela associação da degenerescência do país à sua composição racial. Desse modo, a política eugênica concentra-se na ideia de melhoramento da raça através da promoção da saúde, da educação e da assistência, como aspectos que contribuiriam para a evolução racial daqueles considerados degenerados. Assim, o higienismo adquire lugar central, pois, camuflado sob o discurso da promoção da boa saúde, da educação e de assistência, pulveriza o comportamento que poderia adequar o indivíduo aos parâmetros sociais de aspecto urbano-industrial.

Assim, a família e o espaço doméstico, vão ser *lócus* privilegiados da intervenção direta do Estado e local de atuação fundamental para o Serviço Social. O Estado corporativista inaugurado por Vargas, especialmente a partir de 1937, redimensionou a intervenção estatal no trato das expressões da questão social. Desse modo, a partir da década de 1940, vão ser instituídas as grandes instituições assistenciais, no contexto de expansão das legislações trabalhistas, cujo maior expoente é a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943.

Em meio a esse cenário, o Serviço Social passará por um processo de institucionalização em razão das demandas do Estado para que seus profissionais

3 Essa perspectiva que teve maior expoente no norte da América, propunha-se o controle biológico dos casamentos através de processos legais de impedimento de misturas indesejáveis. Sua difusão no Brasil se deu especialmente nas primeiras décadas de 1900, quando ganhou destaque nas áreas da Medicina e do Direito, entretanto, logo perdeu fôlego em virtude da dificuldade de controle biológico dos casamentos em um país da dimensão territorial e populacional de negros e mestiços entre nós. Para entender melhor esse processo ler Brito, 2026.

atuassem no processo de adaptação dos trabalhadores à nova realidade industrial. Nesse período, a tentativa de laicização profissional e a busca por maior aprimoramento técnico para o exercício da profissão serão marcadas pelo recurso ao positivismo-funcionalista e pela pretensão de uma atuação neutra que conferisse cientificidade à prática interventiva.

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pela expansão da industrialização nacional e pela consolidação da profissão no cenário nacional, tendo como escopo de atuação a intervenção junto à questão social através das políticas sociais desenhadas como forma de negociação dos interesses de classe. Contudo, a formação profissional tendenciava para uma compreensão fragmentária da realidade social, imputando ao indivíduo a responsabilidade por suas precárias condições de vida, somando essa compreensão aos pressupostos do humanismo cristão como herança dos primeiros anos de formação.

Esse quadro irá se transformar entre meados dos anos 1960 e 1970, quando se fazem sentir os primeiros impactos do Movimento de Reconceituação latino-americano no âmbito nacional. De acordo com Netto (2015) em que pese as abordagens conservadoras dos primeiros anos do movimento de Renovação do Serviço Social brasileiro, que aliou a formação e a prática profissional a perspectivas tanto da microssociologia norte-americana quanto do pensamento funcionalista e serviu aos interesses desenvolvimentistas da ditadura militar instaurada no país a partir de 1964, o que desponta como novidade é a terceira fase desse processo, que apontou para uma intenção de ruptura com as bases doutrinárias e conservadoras que fundamentam a emergência da profissão.

Nesse sentido, o autor argumenta que a Renovação brasileira pode ser caracterizada a partir de três perspectivas: modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura. A primeira está associada ao interesse de distanciamento entre a profissão e os pressupostos católicos, para isso, recorreu ao positivismo-funcionalista como fundamento científico para justificar as técnicas utilizadas por seus profissionais. Contudo, em função de aspectos próprios do funcionalismo, aliou-se novamente a uma compreensão individualista da realidade, sem levar em conta as questões estruturais que envolvem a dinâmica de classes. Dessa maneira, favoreceu

o desenho de uma formação e prática aliadas à manutenção do *status quo* e à culpabilização individual pelas mazelas socioeconômicas.

Na segunda perspectiva, seus profissionais recorrem à fenomenologia de modo superficial e panfletário como base científica para construir sua instrumentalidade. Assim, utiliza-se a psicologia social norte-americana como lastro para os currículos e para a orientação da prática. Nesse cenário, houve uma psicologização da vida social. Acreditava-se que, trabalhando os aspectos psicológicos do indivíduo, poder-se-ia contribuir para o bem-estar social. Isso resultou em um retorno aos aspectos doutrinários que fundam a profissão.

Na contramão das perspectivas anteriores, tem-se a emergência da intenção de ruptura, que surge na década de 1970 e ganha maior projeção a partir de 1980, através da luta pela redemocratização nacional. O momento de manifestação dessa perspectiva está associado ao desenho do Método BH, elaborado entre os anos de 1972 e 1975, por profissionais que atuavam na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), cujo interesse era estabelecer um método de trabalho a partir da perspectiva crítica marxista.

Influenciadas pelo Movimento de Reconceituação latino-americano fortemente marcado pelos ideais socialistas e comunistas de intelectuais ligados ao movimento revolucionário, as profissionais que propuseram o método anunciavam uma intenção real de romper com o conservadorismo profissional.

Contudo, suas expectativas não foram materializadas em função do forte caráter militantista da proposta e das incompreensões teóricas quanto ao pensamento marxiano (Netto, 2015; Iamamoto, 2011). Nesse cenário, a partir dos primeiros anos da década de 1980 com os estudos desenvolvidos por Marilda Vilela Iamamoto, condensados no trabalho, "Legitimidade e crise do Serviço Social: um ensaio de interpretação sociológica da profissão" e publicado, posteriormente, em 1982, em parceria com Raul de Carvalho no livro intitulado: "Serviço Social e Relações Sociais no Brasil: esboço de uma interpretação teórico-metodológica", houve um adensamento da perspectiva marxista.

É importante salientar que Netto (2015), em sua proposição quanto às três perspectivas que marcam a Renovação, não as considera como momentos distintos e estanques do processo vivido naquele período, portanto, elas

coexistem e se relacionam. Essa coexistência marcará um dos princípios defendidos pela profissão em seu atual CEP: o pluralismo. Dessa forma, o autor avalia que essas tendências se entrecruzam no movimento do real em função da dialética como marca das relações sócio-históricas, por isso, ele aponta que a compreensão do Serviço Social na história requer que se possa entender os diferentes graus de incidência dessas perspectivas na profissão, articulando-as às lutas sociais. Portanto, sua divisão serve como aparato pedagógico de aproximação e compreensão da realidade concreta.

O impacto das proposições de Iamamoto, influenciou e continua influenciando gerações de assistentes sociais e auxiliou nas propostas de revisão do Código de Ética Profissional e da organização curricular do curso, reorientando o projeto ético-político para a defesa dos direitos dos trabalhadores em contraposição ao Serviço Social tradicional aliado aos interesses das classes e grupos hegemônicos, como vimos anteriormente.

Os estudos de Iamamoto (1982) partiram de uma análise profunda de categorias fundamentais do pensamento marxiano. A autora adensou as análises das relações sociais a partir do trabalho e da dinâmica de classes como parte do projeto capitalista de construção das desigualdades sociais. Dessa maneira, trouxe para o Serviço Social a possibilidade de compreensão e prática interventiva a partir de uma perspectiva de totalidade, o que impactou em uma reorientação ético-política da categoria profissional que a partir de então dedicou-se a entender a concretude das relações sociais inseridas na dinâmica de organização do trabalho e das disputas de classe. Esse cenário favoreceu o entendimento da questão social como fruto da relação e dos interesses antagônicos entre capitalistas e trabalhadores.

Ademais, Netto (2015) aponta que se pode compreender a "Intenção de Ruptura", a partir de sua emergência – com o método BH –; seu amadurecimento teórico-metodológico – por meio do aprofundamento e adensamento da pesquisa científica e produção de conhecimento no interior da categoria; e seu espraiamento entre os profissionais para além dos muros acadêmicos, através do qual a categoria profissional reorientou os processos de formação tendo como horizonte a promoção de princípios básicos materializados no Código de Ética Profissional (CEP) de 1993 e nas Diretrizes Curriculares (DC) de 1996, como se verá a seguir.

Formação e exercício profissional antirracista: pensamento afro-indígena e Serviço Social

A partir das segunda e terceira perspectivas da Intenção de Ruptura, a categoria profissional, em contraposição aos valores defendidos nos anos ditatoriais, elaborou o Código de Ética Profissional (CEP) de 1993, trazendo a liberdade como valor central, defendendo o aprofundamento da democracia, aliou-se à defesa intransigente dos direitos humanos e à recusa do arbítrio e do autoritarismo, posicionou-se em favor da equidade e da justiça social, implicou-se na construção de uma sociedade cujo horizonte busca a emancipação humana e a promoção da autonomia através da defesa e do engajamento na construção de uma nova ordem societária sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero.

Nesse caminho, a proposta curricular elaborada a partir das DC de 1996 reafirmou os princípios supramencionados através da organização do currículo básico em três núcleos: fundamentos teórico-metodológico da vida social; fundamentos sócio-históricos da sociedade brasileira; e fundamentos do trabalho social. Inspirados na perspectiva marxista, os núcleos assumem a centralidade do trabalho e da questão social para pensar o Serviço Social na sociedade capitalista.

Esses núcleos orientam a formação e o exercício profissional para o combate da exploração de classe, etnia e gênero. Nesse sentido, pode-se considerar que a categoria passa a assumir classe, gênero e etnia como unidade dialética alvo das opressões perpetradas pelo sistema contra grupos não-hegemônicos. Contudo, como mencionados na primeira parte desse trabalho, etnia e raça não devem ser confundidas, pois referem-se a aspectos diferentes das relações sociais e políticas.

Embora o debate racial esteja presente na profissão desde a década de 1980, com o pioneirismo do trabalho da Professora Elizabete Aparecida Pinto, intitulado "O Serviço Social e a Questão Racial: um estudo da relação do Serviço Social e Clientela Negra", que buscou compreender a relação entre a prática profissional e a população negra, pode-se considerar que ele ganha força apenas a partir de 2010, especialmente através da criação do Grupo Temático de Pesquisa "Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades", pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) no âmbito do

Encontro Nacional de Pesquisadores e Pesquisadoras em Serviço Social (ENPESS) (Brito, 2025).

Nos últimos anos, é possível observar no Serviço Social brasileiro um interesse proeminente no debate antirracista. Essa tendência pode ser evidenciada tanto no lançamento do documento "Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social", lançado pela ABEPSS em 2018, quanto no crescimento de trabalhos que abordam a questão racial no âmbito dos programas de pós-graduação em Serviço Social como aponta o relatório: "A inserção da educação para as relações étnico-raciais no âmbito da pós-graduação na área de Serviço Social nos últimos cinco anos (2017-2022)", elaborado pela ABEPSS em 2022.

Os subsídios apontam para a necessidade de vincular as dimensões de ensino, pesquisa e extensão ao debate antirracista. Para isso, considera-se fulcral que os núcleos de ensino, de forma interdependente e conectada, apresentem os fundamentos sócio-históricos das clivagens raciais que desembocam no racismo brasileiro e repercutem na distinção de classes e suas frações no contexto nacional. O documento sinaliza ainda para a necessidade de abordar a questão racial como fundamento da questão social através do acúmulo histórico de pesquisas desenvolvidas sobre a raça como elemento estrutural e estruturante da sociabilidade brasileira. Destaca-se ainda a necessária abordagem do trabalho e da questão social como categorias fulcrais para compreender o surgimento, a formação e o exercício profissional do Serviço Social.

Nesse sentido, o documento sugere ações necessárias nas dimensões do ensino, da extensão, da pesquisa e da produção de conhecimento. A primeira dimensão aponta para a necessidade de criar disciplinas específicas que abordem conteúdos relacionados ao debate étnico-racial. Além disso, assinala a importância da realização de oficinas e encontros sobre o tema e sua articulação com o estágio supervisionado. No que se refere à extensão sinaliza para a realização de atividades mediadas pelo tema da raça e do racismo como principais objetivos de suas ações. Quanto a pesquisa e a produção de conhecimento sugere-se a criação de núcleos que busquem desenvolver pesquisas cujo debate étnico-racial seja o principal assunto de interesse e a partir de então, engajar seus membros em publicações científicas para a publicização dos resultados dos estudos empreendidos.

Como é possível perceber, uma das tarefas do documento foi aliar o debate racial ao étnico e sugerir que este se tornasse um elemento catalisador dos núcleos formativos. No que se refere aos dados do Relatório da ABEPSS, entre os anos de 2017 e 2022 foram escritas 177 teses e dissertações, cujo foco de análise centrou-se na abordagem racial e temas correlatos em 35 Programas de Pós-graduação distribuídos pelas regiões Norte, Nordeste, Sul I e Sul II, analisados pelo documento. Para a entidade, esse é um número significativo em virtude da lacuna histórica observada quanto ao tratamento da questão racial no âmbito do Serviço Social. Apesar disso, o relatório sugere que a maior parte das pesquisas abordam questões correlatas, não se concentrando de modo profícuo nas questões de raça e suas relações com a formação e a prática profissional.

Nesse sentido, Procópio (2022) sinaliza que o Serviço Social brasileiro ainda carece de pesquisas robustas que abordem não apenas as questões raciais na contemporaneidade, mas especialmente as implicações da eugenia na formação e prática dos primeiros profissionais e como esse aspecto fundamentou a emergência da profissão e impactou suas ações ao longo dos anos. Sendo, desse modo, possível construir uma formação e prática antirracista em seus quadros profissionais.

Como mencionado, nesse trabalho, analisa-se o acervo de seis revistas reconhecidas na área, como fonte de pesquisa fundamentais para seus pesquisadores e trabalhadores, produzido entre os anos de 2017 e 2025. O intervalo corresponde ao período em que pode ser observada uma profusão do debate racial no interior da categoria, nas campanhas das entidades políticas e científicas ligadas à profissão.

No processo de seleção do material, utilizaram-se os seguintes descritores: Serviço Social e eugenia; Serviço Social, questão étnico-racial e questão social; Serviço Social e racismo; Serviço Social e raça; Serviço Social e antirracismo; Serviço Social e pensamento afro-diaspórico; Serviço Social e pensamento (pan) africano; Serviço Social e pensamento indígena; Serviço Social e pensamento indigenista.

Procedeu-se, então, com o levantamento do número de artigos cujo título mencionasse ao menos um dos descritores e, a partir da leitura de seus resumos, identificou-se se os trabalhos traziam o pensamento africano, indígena ou indigenista para pensar a formação e prática antirracista.

Consideramos apenas os trabalhos que foram publicados nas sessões temáticas de cada periódico, sendo assim, seções como o editorial, entrevistas, temas livres, etc., não foram consideradas.

Os artigos selecionados tanto faziam parte de um número cuja abordagem está concentrada em questões étnico-raciais quanto de números com temas diversos. Por isso, na quarta coluna será possível identificar a edição e o número ao qual o trabalho pertence, com destaque (em negrito) para aqueles que se relacionam com a temática de interesse.

Tabela 1. *Dados gerais das revistas*

Revista	**Qualis**	**Ano**	**Edições**	**Edições que relacionam Serviço Social com os descritores + Debate da formação e exercício profissional**	**Título de artigos que relacionam Serviço Social com os descritores + Debate da formação e exercício profissional**
Rev. 1 – Kathálisys (2017-2025) 283 art.	A1	2017 22 art	v. 20 n. 1		
			v. 20 n. 2		
			v. 20 n. 3		
		2018 36 art.	v. 21 n. 1		
			v. 21 n. 2		
			v. 21 n. 3	Serviço Social: gênero, raça/etnia, gerações e sexualidade	Quando a questão racial é o nó da questão social
		2019 35 art.	v. 22 n. 1		
			v. 22 n. 2		
			v. 22 n. 3		
		2020 34 art.	v. 23 n. 1		
			v. 23 n. 2		
			v. 23 n. 3		

		2021 43 art.	v. 24 n. 1	Violência, saúde e classes sociais	Racismo institucional: violação do direito à saúde e demanda ao Serviço Social
			v. 24 n. 2		
			v. 24 n. 3		
		2022 41 art.	v. 25 n. 1		
			v. 25 n. 2	Serviço Social, racismo e classes sociais	Contribuições para o aprofundamento do debate étnico-racial na formação em Serviço Social a partir de Lélia Gonzalez
			v. 25 n. 3		
		2023 35 art.	v. 26 n. 1 v. 26 n. 2		
			v. 26 n. 3		
		2024* 37 art.	v. 27 n. 1	Edição em fluxo contínuo	Primeiras análises do Serviço Social brasileiro sobre a questão racial
		2025**	v. 28 n.1		
Rev. 2 – Argumentun (2017-2015) 210 art	A1	2017 19 art.	v. 9 n. 1		
			v. 9 n. 2		
			v. 9 n. 3		
		2018 36 art.	v. 10 n. 1		
			v. 10 n. 2		
			v. 10 n. 3		
		2019 25 art.	v. 11 n. 1		
			v. 11 n. 2		
			v. 11 n. 3		
		2020 32 art.	v. 12 n. 1		
			v. 12 n. 2		
			v. 12 n. 3		
		2021 20 art.	v. 13 n. 1		
			v. 13 n. 2		

			v. 13 n. 3		
		2022 16 art.	v. 14 n. 1	Política de educação, produção de conhecimento e o futuro da ciência no Brasil	A questão racial na produção acadêmica do Serviço Social
			v. 14 n. 2		
			v. 14 n. 3		
		2023 32 art.	v. 15 n. 1		
			v. 15 n. 2		
			v. 15 n. 3		
		2024 26 art.	v. 16 n. 1		
			v. 16 n. 2	Questão étnico-racial, Serviço Social e política social	O silêncio da raça: tessituras sobre racismo e assistentes sociais em Belém (PA)
					Maria de Lourdes Vale Nascimento e o racismo na aurora do Serviço Social
					O debate étnico-racial e de gênero na formação em Serviço Social na Região Norte
			v. 16 n. 3		
		2025* 12 art.	v. 23 n.1		
Rev. 3 – Temporális (2017-2025) 234 art	A2	2017 27 art	v. 17n. 33		
			v. 17 n. 34		
		2018 27 art	v. 18 n. 35		
			v. 18 n. 36		
		2019 21 art	v. 19 n. 37	Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e Serviço Social	As políticas indigenistas e as lutas sociais indígenas: manifestações da questão social
			v. 19 n. 38		
		2020 16 art	v. 20 n. 39		
			v. 20 n. 40		

		2021 27 art	v. 21 n. 41	Crise Capitalista, questão social no Brasil e diretrizes curriculares da ABEPSS	
			v. 21 n. 42		
					Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça
					Questão social e sua particularidade no Brasil: imbricação entre patriarcado-racismo-capitalismo
		2022 28 art	v. 22 n. 43		
			v. 22 n. 44	Serviço Social na América Latina: história, projetos e direção ético-política	Avanços e desafios do debate sobre a questão racial no Serviço Social
					Assistente social Maria de Lourdes Nascimento: antirracismo e defesa da infância em 1940-1950
		2023 30 art	v. 23 n. 45		
			v. 23 n. 46	30 anos do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social.	Serviço social, gênero, raça e classe: do compromisso ético-político à produção científica
		2024 40 art	v. 24 n.47		
			v. 24 n. 48		
		2025 18 art	v. 25 n. 49 Total	Formação antirracista em Serviço Social	Assistentes sociais no combate ao racismo, da formação ao exercício profissional

					Formação profissional do assistente social e os desafios para a construção de uma formação antirracista
					"Questão social" e desafios para uma formação antirracista no Serviço Social
					Diretrizes curriculares do Serviço Social, debate étnico-racial e os desafios contemporâneos para uma formação emancipatória
					A incorporação do debate étnico-racial no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto
					Assistentes sociais no combate ao racismo, da formação ao exercício profissional
					Começo, meio, começo: centralidade das relações étnico-raciais na formação em Serviço Social
					Raça, racismo estrutural e formação em Serviço Social
					Resistência Negra e Serviço Social: O Comitê Antirracista do CRESS-PI em diálogo com Esperança Garcia, Clóvis Moura e Nego Bispo
					Práticas Antirracistas Institucionais: O caminho para o letramento racial na Assistência Social
Rev. 4 – Ser Social (2017-2025) 106 art	A2	2017 11 art	v. 19 n. 40		
			v. 19 n. 41	Questão étnico-racial, Estado e classes sociais	Serviço Social e o silenciamento sobre as questões étnico-raciais
		2018 11 art	v. 20 n. 42 v. 20 n. 43		

		2019 11 art	v. 21 n. 44		
			v. 21 n. 45		
		2020 09 art	v. 22 n. 46		
			v. 22 n. 47		
		2021 11 art	v. 23 n. 48		
			v. 23 n. 49		
		2022 12 art	v. 24 n. 50		
			v. 24 n. 51		
		2023 11 art	v. 25 n. 52		
			v. 25 n. 53	Populações tradicionais e política sociais	Os profissionais indígenas da área da educação no Norte do Paraná e a carta de anuência
		2024 10 art	v. 26 n. 54		
			v. 26 n. 55		
		2025 20 art	v. 27 n. 56		
			v. 27 n. 57		
Rev. 5 – Libertas (2017-2025) 179 art	A3	2017 18 art	v. 17 n. 1		
			v. 17 n. 2		
		2018 18 art	v. 18 n. 1		
			v. 18 n. 2		
		2019 26 art	v. 19 n. 1		
			v. 19 n. 2		
		2020 24 art	v. 20 n. 1		
			v. 20 n. 2	Dossiê: Os desafios do Serviço Social ante a escalada do conservadorismo	Racismo, conservadorismo e Serviço Social
		2021 21 art	v. 21 n. 1		
			v. 21 n. 2		
		2022 28 art	v. 22 n. 1		

			v. 22 n. 2	Dossiê: Serviço Social e questão social - novas e velhas expressões	O Serviço Social na encruzilhada: a questão racial e o projeto de formação profissional
					Questão social no Brasil contemporâneo: contribuições do feminismo marxista e antirracista ao Serviço Social
					Diretrizes curriculares, Serviço Social e questão racial: nós a serem interpelados para a centralidade antirracista na formação profissional
					Formação acadêmico-profissional em Serviço Social e racismo no Brasil: uma análise crítica
		2023 18 art	v. 23 n. 1		
			v. 23 n. 2		
		2024 19 art.	v. 24 n. 1		
			v. 24 n. 2		
		2025 17 art	v. 25 n. 1	Dossiê: Realidade Brasileira e Serviço Social	Capitalismo dependente e questão social: apontamentos sobre eugenia e Serviço Social
Rev. 6 – Revista Social em Perspectiva (2017-2025) 115 art	A3	2017 12 art	v. 1 n. 1		
			v. 1 n. 2		
		2018 16 art	v. 2 n. Especial (Anais)		
			v. 2 n. 1		
			v. 2 n. 2		
		2019 09 art	v. 3 n. 1		
			v. 3 n. 2		
		2020 16 art	v. 4 n. Especial (Anais)	Estágio supervisionado em Serviço Social: a importância do estágio para uma formação qualificada	

			v. 4 n. 1		Estágio em Serviço Social, combate ao racismo e trabalho com famílias uma experiência antirracista no contexto do trabalho no CRAS Art. 36
			v. 4 n. 2		
		2021 11 art	v. 5 n. 1		
			v. 5 n. 2		
		2022 18 art	v. 6 n. Especial (Anais)		
			v. 6 n. 1		
			v. 6 n. 2		
		2023 14 art	v. 7 n. 1		
			v. 7 n. 2		
		2024 15 art	v. 8 n. 1		As contribuições da concepção de racismo estrutural para pensar um Serviço Social antirracista
			v. 8. N. Especial (Anais) v.8 n. 2		
			v. 8. Especial2 (Anais)		
		2025 16 art	v. 9 n.1		

*Nota: Adaptado de Capitalismo dependente e questão social: apontamentos sobre eugenia e Serviço Social, por L.*M. Brito , 2025.

* Fluxo contínuo; ** Artigo de retratação. Edição no prelo.

Como pode ser observado, entre os anos de 2017 e 2025, juntas, as revistas analisadas publicaram 1.127 artigos, dentre estes, 34 indicam o interesse no debate racial e suas implicações para a formação e o exercício profissional. Na tabela, é possível acompanhar o número de artigos publicados por ano/revista, resultado obtido através da soma dos trabalhos existentes no sumário de cada volume. A Rev. 3 se destaca com a publicação de 16 artigos, sendo que 11 deles foram publicados no v.25, n. 49 de 2025, quando o periódico lançou um volume específico sobre formação e antirracismo no Serviço Social. A Rev. 5 publicou 6 trabalhos dedicados à temática cujo maior número encontra-se no v.22, n. 2 de 2022, não tendo, entretanto, nenhum volume dedicado ao debate étnico-racial. As Rev. 1 e 2 foram responsáveis pela publicação de 8, tendo cada uma delas publicado 4 trabalhos.

Embora a Rev. 4 tenha sido uma das primeiras a dedicar um volume específico ao debate racial, já em 2017, o número de publicações que se interessam por essa discussão interseccionando com a formação e a prática profissional foi de apenas 2 trabalhos no período analisado. O que chama atenção, pelo fato de o periódico ter lançado pelo menos 2 volumes tendo como tema assuntos ligados a questões étnico-raciais e populações tradicionais.

No mesmo caminho, a Rev. 6, não tendo nenhum volume cujo tema estivesse interessado na questão étnico-racial, possui apenas 2 publicações acerca do assunto. Ao todo, há apenas 6 volumes cuja chamada centra-se na produção de conhecimento acerca do debate étnico-racial. As Rev. 1 e 4, foram responsáveis por 4 edições, 2 em cada uma delas. No caso das Rev. 2 e 3, somam-se 2 volumes publicados, um em cada uma delas. As Rev. 5 e 6 não publicaram nenhum volume voltado para essa discussão.

Ao analisar os resumos é possível perceber que 8 eixos de debate eles fazem 1) uma abordagem histórica do debate étnico-racial no interior do Serviço Social, concentram-se nesse foco pelo menos 8 artigos. Em seguida, temos 2) raça e racismo como elementos estruturais para a formação sociopolítica brasileira – com esse debate localizamos 4 artigos; em igual número temos uma espécie de interesse na ideia que gira em torno do entendimento da 3) questão racial como fundamento da questão social, tema responsável pela publicação de 4 artigos. Adiante temos o 4) resgate da

história das pioneiras com 3 artigos publicados, o 5) projeto antirracista e suas interlocuções com o Código de Ética Profissional (CEP), foi tema de 3 artigos. 6) A pauta antirracista foi abordada em 2 artigos. Seguida da também abordada em 2 trabalhos 7) a produção de conhecimento e a questão étnico-racial em Serviço Social e do 8) marxismo e a questão racial, que também foi tema de 2 artigos.

Em geral, os resumos destacavam pouco ou não destacavam a perspectiva teórico-metodológica de seus estudos, entre os trabalhos que abordam esse aspecto, a perspectiva e o método do pensamento crítico marxista ganham destaque. Os interesses estão centrados, portanto, na produção de uma educação antirracista cuja abordagem se dá através do horizonte marxista. É também importante observar que há um número baixo de trabalhos que se concentram tanto na produção de conhecimento quanto na opção por uma abordagem antirracista, isso porque a produção de conhecimento é fundamental para novos direcionamentos que possam conduzir a abordagens alinhadas com uma formação e prática antirracista.

Nesse caminho, ao analisar a presença do pensamento afrocentrado no Serviço Social britânico e estadunidense a partir de uma interlocução com a filosofia panafricanista de Maulana Karenga[4], Makenda (2009), propõe um método elaborado através do "*Ngunzo Saba*", baseado na tradição da filosofia moral egípcia de *Ma'at.* Em sua perspectiva de formação e prática profissional, a intervenção é desenvolvida tendo em consideração sete princípios: 1) *Umoja* – unidade, 2) *Kujichagulia* – autodeterminação, 3) *Ujima* (trabalho e responsabilidade coletivos), 4) *Unjamaa* – economia cooperativa, 5) *Nia* – propósito 6) *Kuumba* – criatividade e 7) *Imani* – fé.

Considera-se o humano em sua dimensão holística, na qual não há separação entre o material e o espiritual, sendo essas dimensões tomadas como fulcrais para a vida social. Nesse sentido, orienta-se para uma intervenção que integre dimensões sociais, espirituais e psicológicas na abordagem com os sujeitos e os grupos dos quais fazem parte, na intenção de trabalhá-los em comunhão com sua comunidade.

Apesar de não possuirmos profundidade em termos teórico-metodológicos e técnico-operativos acerca da aplicabilidade e direcionamento ético-

4 Ativista, intelectual Pan-africano e professor de estudos africanos na Universidade do Estado da Califórnia.

político da perspectiva afrocentrada proposta por Makenda, consideramosmos importante o exercício de pensar o projeto profissional em todas as suas dimensões a partir de paradigmas epistemológicos não ocidentais. Nesse sentido, sinalizamos que a produção de conhecimento e prática do Serviço Social antirracista carece do desenvolvimento de estudos acerca das propostas epistemológicas, especialmente nos campos da filosofia, sociologia, antropologia e psicologia, que busquem "sulear" seus horizontes de formação e prática profissional.

No Brasil, a emergência do coletivo: "De(s)colonizar o Ser(viço) Social"[5], em 2020, que reúne estudantes, professores, pesquisadores e profissionais do Serviço Social, aponta para um esforço de alguns setores profissionais nesse sentido. No ano de seu surgimento, o coletivo promoveu o "I Seminário Internacional debates sobre racismo epistêmico e produção de conhecimento", que reuniu, no formato *online*, profissionais, professores, estudantes de diferentes países em torno do tema com foco no Serviço Social.

Em 2021, o coletivo expandiu sua atuação para a "Rede Amáfrica-Ladina de Ser(viço) Social de Pensamento Decolonial/Intercultural e Ser(viço) Social" que reúne professores e profissionais de diferentes países latino-americanos. Nesse mesmo ano, a rede promoveu, em parceria com a Universidade de Mar Del Plata, o "Curso de Extensão – Introdução ao Pensamento Decolonial/Intercultural e Serviço Social". Dessa forma, reconhecemos um esforço na direção de construir um debate sólido e internacional no âmbito da profissão em torno do pluralismo científico. No entanto, esses esforços acontecem como um movimento "extracurricular" e dependente do desejo de pesquisadores/as, não sendo, portanto, uma instituição curricular, o que torna as ações pontuais e restritas.

Além dos 8 eixos supramencionados, extraídos a partir da análise de conteúdo através da leitura dos resumos dos trabalhos selecionados, identificamos que os artigos buscavam ainda investigar questões mais específicas como: estágio e sua função mediadora no processo de inserção do debate racial na formação e no exercício profissional: o assistente social como vetor e alvo do racismo institucional; o protagonismo das entidades de base no fortalecimento do debate étnico-racial entre a categoria; relato de experiência

5 Como iniciativa da autora desse trabalho e mais duas profissionais da área.

no trabalho com comunidades indígenas; e avanços do projeto ético-político da categoria em relação ao recrudescimento do neoliberalismo.

Apesar de reconhecermos os avanços dos últimos anos, através dos dados obtidos percebemos certa lacuna no debate antirracista da categoria profissional que aponte para um horizonte de reconhecimento da perspectiva afro-indígena como base para elaboração de uma formação antirracista. Partimos da ideia de que se o colonialismo subjugou a produção intelectual africana e originária, por isso, no processo de combate ao racismo e na construção do antirracismo torna-se imprescindível o reconhecimento do legado intelectual desses povos para (re)pensar nossas práticas profissionais.

Entendemos que trazer a perspectiva africana, indígena ou indigenista para o currículo do Serviço Social é condição fulcral no processo de promoção de uma educação antirracista. Nesse sentido, apropriar-se das propostas teórico-epistemológicas que estão centradas no resgate de saberes silenciados pelo etnocentrismo europeu, possibilita que os profissionais de Serviço Social se encontrem consigo mesmos e com a alteridade para a elaboração de uma instrumentalidade eficaz no trabalho com setores subalternizados da sociedade.

Assim, embora possamos reconhecer e identificar os importantes avanços quanto ao estudo da questão racial e suas implicações na realidade brasileira, notamos que ainda carecemos de pesquisas que abordem questões relativas à adoção de perspectivas afro-indígenas para pensar formação e prática antirracista em Serviço Social.

Conclusão

Diante do exposto, é possível considerar que a intenção de ruptura na contemporaneidade pode ser vislumbrada a partir dos avanços obtidos pela categoria no âmbito da agenda de formação e prática profissional. Nesse sentido, é inegável o progresso do Serviço Social brasileiro no que se refere ao esforço feito por seus profissionais e pesquisadores em dar conta das novas demandas que surgem no processo dinâmico e contraditório de construção da realidade. No entanto, nota-se uma dificuldade no que se refere à aproximação com matrizes teórico-epistemológicas fora do escopo ocidental eurocêntrico.

Dessa forma, compreendemos que no horizonte antirracista do Serviço Social, o pensamento afro-indígena ainda não desponta como lastro teórico possível, tendo sido através do paradigma marxista a abordagem das questões étnico-raciais. Assim, longe de empreender qualquer negação do pensamento marxista para o avanço da perspectiva científica na profissão, é preciso entender que a crítica antirracista deverá vir acompanhada da apropriação, no sentido de aprendizado, das formas de produzir conhecimento que foram negadas pela ciência hegemônica, como por exemplo, a revalorização da história oral e do uso dela para melhor conhecimento da realidade social de determinados grupos como, por exemplo, as comunidades tradicionais.

Compreendemos ainda que por ter um caráter interventivo direto com o público que acessa a política com a qual trabalha, o profissional de Serviço Social deve ter uma boa capacidade de transitar entre o conhecimento acadêmico, o conhecimento popular e o conhecimento tradicional. Acreditamos, portanto, que uma das formas de desenvolver essa habilidade é se apropriando dos modos de ser, conviver, se organizar e produzir conhecimento dessas comunidades para que possa exercer a escuta sensível e especializada e assim desenvolver uma intervenção adequada aos problemas nos quais atua.

Nesse caminho, encorajamose pesquisas que se debrucem sobre esses aspectos para que se possa avançar no sentido de propor um debate acerca das intersecções possíveis entre as perspectivas afro-indígenas e a formação e exercício profissional no Serviço Social.

Referências

Almeida, S. 2019. *Racismo estrutural*. São Paulo, SP: Pólen.

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). 2022. *Relatório da pesquisa sobre "A inserção da educação para as relações étnico-raciais no âmbito da pós-graduação na área de Serviço Social nos últimos cinco anos (2017-2022)"*. ABEPSS.

Brito, L. M. 2025. "Capitalismo dependente e questão social: apontamentos sobre eugenia e Serviço Social." *Revista Libertas, 25*(1), 180-203.

Brito, L. M. 2026. "Eugenia e educação superior no Brasil: breves incursões sobre currículo e formação em Serviço Social." Anais do VIII Semintins, no prelo.

Carvalho, R., e M. V. Iamamoto. 2001. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. Cortez.

Fernandes, F. 1978. *A integração do negro na sociedade de classes*. Ática.

Fernandes, F. 2009. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4. ed. Global.

Gonzalez, L., e C. Hasenbalg. 2022. *Lugar de negro*. Zahar.

Iamamoto, M. V. 2011. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 6. ed. Cortez.

Ianni, O. 2004. *Raças e classes sociais no Brasil*. 3. ed. Brasiliense.

Lewgoy, A. M. B. 2009. *Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional*. Cortez.

Martins, T. C. 2014. "Determinações do racismo no mercado de trabalho: implicações na 'questão social' brasileira." *Temporalis, 14*(28).

Martins, T. C. S. 2012. *Racismo no mercado de trabalho: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da "questão social" no Brasil*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil.

Moreira, T. W. F. 2020. *Serviço Social e luta antirracista: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo*. Letramento.

Moura, C. 2014. *Dialética radical do negro brasileiro*. 2. ed. Fundação Maurício Grabois.

Makenda, G. 2009. "O Serviço Social afrocentrado na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos." Em *Afrocentricidade: uma abordagem inovadora*, org. Elisa Larkin Nascimento. Coleção Sankofa 4. Selo Negro.

Moura, C. 2019. *Sociologia do negro brasileiro*. 2. ed. Perspectiva.

Netto, J. P. 2015. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 18. ed. Cortez.

Oliveira, R. 2019. *"Nasci errado e estou certo": a presença da eugenia no processo de institucionalização do Serviço Social brasileiro*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.

Paula, L. G. P. 2016. *Estratégias e táticas: reflexões no campo do Serviço Social*. Lumen Juris.

Procópio, A. P. S. 2022. "Higienismo, eugenia e racismo na gênese do Serviço Social brasileiro: apontamentos introdutórios." Em *Antirracismo e Serviço Social*, orgs. M. C. Eurico, M. L. O. Silva, R. G. Passos e R. Gonçalves. Cortez.

Santos, J. S. 2012. *Questão social: particularidades no Brasil*. Cortez.

Schwarcz, L. M. 1993. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. Companhia das Letras.

Verzolla, B. L. P., e A. Mota. 2017. "Representações do discurso médico-eugênico sobre a descendência: a eugenia mendelista nas teses doutorais da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo na década de 1920." *Saúde e Sociedade 26*(3), 612-625.

Yazbeck, M. C. 2018. "Fundamentos históricos-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social." Em *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*, orgs. Y. Guerra, A. M. B. Lewgoy, C. B. M. [sobrenome incompleto a conferir], M. Serpa e J. F. S. Silva. Papel Social.